



relações  
institucionais

# INFORME

---

## SEMANAL

IRI Nº 109

31 de julho a 04 de agosto de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP

# FRENCOOP FECHA PRIMEIRO SEMESTRE DE CONQUISTAS PARA O COOPERATIVISMO

Frencoop tem se destacado na defesa do cooperativismo no Congresso Nacional. Neste ano, a frente foi oficializada para a 57ª Legislatura, contando com 325 parlamentares, sendo 285 deputados e 40 senadores, o que demonstra a força e importância do cooperativismo como modelo econômico de destaque no país.

Um dos principais destaques é a pluralidade de ideias dessa frente parlamentar suprapartidária, que conta com representantes de todas as correntes do Congresso. O deputado Arnaldo Jardim (CID-SP) destacou as características da Frencoop em discurso recente na Câmara dos Deputados, afirmando que o Congresso Nacional está bem representado nessa frente e que o cooperativismo, por si só, também tem a característica de reunir ideias diversas para um mesmo objetivo: o agir coletivo em busca de melhores oportunidades para todos.

No primeiro semestre de 2023, a frente se destacou na discussão de uma das agendas mais importantes para o país nos últimos anos, a Reforma Tributária. A principal conquista da Frencoop neste semestre, sem dúvida, foi a garantia do Ato Cooperativo no novo regime tributário. Atuando em conjunto com a OCB, os representantes da frente participaram de audiências públicas e realizaram reuniões constantes com membros do governo, líderes do congresso e o relator da matéria para garantir a melhor Reforma Tributária possível para o cooperativismo.

**Lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo 2023:**



Imagem: OCB.

# Prioridades para 2023

A Frencoop tem como referência de trabalho as pautas prioritárias da Agenda Institucional do Cooperativismo 2023, lançada em abril. Após a conquista do marco zero da agenda, que é o tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, outros temas importantes serão priorizados pela frente. Dentre eles estão o Plano Safra 2023/24, o Projeto de Lei (PL) 1.302/22, em análise no Senado, que permite às cooperativas levar internet de qualidade para o campo, o PL 519/18, que possibilita a participação das cooperativas no mercado de seguros, a busca por maior segurança jurídica para as cooperativas participarem de processos de licitação, e o PL 815/22, que prevê a possibilidade de reorganização das cooperativas em cenários de crise econômico-financeira.

Além disso, em conjunto com a OCB, a frente está atenta às pautas econômicas que são prioridades do governo no segundo semestre. Isso inclui a discussão do voto de desempate do CARF, o Arcabouço Fiscal, o Marco Legal das Garantias, a Reforma Tributária no Senado e a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLOA.

O cooperativismo tem se consolidado como um instrumento fundamental para atender as demandas mais urgentes da sociedade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social, levando serviços de excelência para todas as regiões do país. Por isso, é mais do que necessário e relevante ter uma representação política de peso no Congresso, uma das principais instâncias de poder em nossa democracia.



COLÉGIO DE  
LÍDERES DA  
CÂMARA  
DISCUTE PAUTA  
DO SEGUNDO  
SEMESTRE



# Agenda do segundo semestre na Câmara

Nesta semana, o presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira (PP-AL), reuniu-se com líderes partidários para discutir a agenda dos próximos meses na Câmara dos Deputados. Dentre as prioridades da agenda, está a discussão do PL do Marco de Garantias, que foi votado no Senado e está pronto para ser pautado na Câmara.

O Marco de Garantias, Projeto de Lei 4.188/2021, propõe mudanças nas regras de garantias de empréstimos com o objetivo de reduzir os juros e o custo do crédito. Apresentada durante o governo de Jair Bolsonaro, a matéria é apoiada pelo Ministério da Fazenda. Na época, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a medida facilitaria o acesso ao crédito para trabalhadores e empresas, além de reduzir os juros. Os deputados aprovaram a medida em 2022, mas agora devem avaliar as mudanças feitas pelo Senado.

Uma surpresa na pauta das próximas semanas é a ausência do arcabouço fiscal. Lira afirmou que os deputados não concordaram com as alterações feitas no texto pelo Senado, exceto pela manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) fora dos limites da nova regra para controle das contas públicas. No entanto, alguns líderes partidários argumentam que o atraso na agenda se deve à reforma ministerial que o governo pretende realizar para acomodar PP e Republicanos.



Imagem: Câmara dos Deputados.



Audiência Pública destaca o cooperativismo na Câmara dos Deputados

## Audiência da Câmara destaca as contribuições e demandas do cooperativismo para o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no Brasil

Na última terça-feira (17/07), a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir as contribuições do cooperativismo na promoção de diversos setores da atividade econômica. Entre os convidados para falar estava a gerente-geral do Sistema OCB, Fabíola Nader Motta, que compartilhou a mesa com representantes dos ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), das Relações Exteriores (MRE), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). O encontro foi solicitado pelo coordenador do Ramo Infraestrutura da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), deputado Heitor Schuch (PSD-RS).

A gerente-geral do Sistema OCB agradeceu a parceria dos parlamentares na defesa do movimento em temas importantes que tramitam no Legislativo. Em uma visão geral, ela apresentou como é feita a representação institucional do Sistema OCB e os números do movimento no Brasil. Fabíola também anunciou que na próxima semana será lançada a atualização do Anuário do Cooperativismo, o censo do setor, que reúne dados de todos os seus sete ramos de atividade.

Fabíola lembrou que o cooperativismo é capaz de unir resultados, produtividade e competitividade sem esquecer da responsabilidade socioambiental, justiça social e prosperidade de todos os envolvidos. Ao concluir, a gerente-geral da OCB apresentou a meta do cooperativismo brasileiro para 2027, o BRC 1 Tri de Prosperidade, que pretende atingir uma movimentação financeira de R\$ 1 trilhão, congregar 30 milhões de cooperados e gerar 1 milhão de empregos.



Imagem: Câmara dos Deputados.

## Inovações no Agro

O professor José Antônio Valle Antunes Junior, da UNISINOS, ressaltou a importância crescente da inovação e digitalização no cooperativismo, citando a plataforma SmartCoop, que foi criada através da intercooperação de 30 cooperativas do agronegócio e oferece informações e soluções inovadoras aos produtores.

A secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Renata Miranda, enfatizou que o modelo cooperativista é essencial para o crescimento socioeconômico do país, ressaltando a necessidade de facilitar o acesso a mercados e o compromisso do Ministério em fortalecer a estratégia internacional e apoiar o cooperativismo.

“Esse modelo de negócios é realmente estruturante para a sociedade. Então, entre as demandas do modelo, destaco a questão de acesso a mercados. É obrigação do Executivo tirar os obstáculos. O Brasil é uma marca e estamos perdendo oportunidades no mercado internacional. Reforço que o Ministério da Agricultura está à disposição para estabelecermos melhor nossa estratégia internacional e demonstrar que temos todas as características do consumidor contemporâneo, como a gerente Fabíola citou. Particularmente, também estou comprometida em ser uma dessas agentes para ajudar o cooperativismo”, pontuou Miranda.

## Acesso a mercados

A chefe da Divisão de Promoção de Indústria e Serviços do MRE, Sophia Magalhães de Oliveira Kadri, destacou as ações conjuntas do Itamaraty e do Sistema OCB. Recentemente, a pasta sediou o workshop internacional Cooperativas pelo Desenvolvimento Sustentável com a participação de dirigentes cooperativistas de 20 países. Ela citou ainda as missões internacionais, os projetos em execução em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para promover o coop na Argélia, Botsuana e Senegal, bem como a fase final de negociação do projeto com o governo do Timor-Leste.

“O Itamaraty reconhece o papel do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e social do país e está particularmente atento a contribuição positiva do movimento para o alcance das metas da Agenda 2030.

O secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do MTE, Gilberto Carvalho, fez um apanhado histórico sobre o cooperativismo e ressaltou a importância de uma economia mais colaborativa para o crescimento socioeconômico. Ele apresentou cases de moedas locais que abrem caminhos para o crescimento econômico das pessoas e, ao mesmo tempo, promovem o desenvolvimento local, finalizou.